

METODOLOGIA DE ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Maria Elisabeth Lopes⁵⁰

Uma metodologia de análise sempre se mostrou necessária para facilitar a execução de projetos de acessibilidade, assim como para garantir sua eficácia. Sobre esse desafio, têm-se debruçado profissionais de diferentes áreas do conhecimento. A experiência aqui descrita tem na Avaliação Pós-Ocupação – APO, seu referencial teórico e vem sendo ininterruptamente testada em projetos da iniciativa privada, em laudos técnicos para o poder judiciário, assim como junto à comunidade acadêmica, na Universidade de São Paulo (USP).

Nos últimos 20 anos, é crescente a preocupação em promover a inclusão social e econômica das pessoas com deficiência. Uma forma de iniciar este processo é privilegiar medidas que garantam o acesso ao meio físico e o direito à educação.

Ambos os aspectos constituem-se em pontos fundamentais para que se cumpra uma das diretrizes básicas do Programa de Ação Mundial (1982): a equiparação de oportunidades, a partir de uma política de ação inclusiva.

Segundo Santos (2004), políticas inclusivas são aquelas que asseguram que a inclusão esteja no bojo do desenvolvimento da escola, permeando todas as políticas, de forma que estas aumentem a aprendizagem e a participação de todos os alunos com uma educação acessível e de qualidade, que contemple todas as pessoas em qualquer nível de ensino.

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível,

⁵⁰ Arquiteta, Doutora em Acessibilidade pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Arquiteta do município de São Paulo, comissionada na Universidade de São Paulo - Programa USP Legal.

independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades (*Declaração de Salamanca*, 1994).

Acessibilidade, em um sentido mais amplo pode significar o caminho para o desenvolvimento humano e acesso a oportunidades e experiências. Não é por acaso que é no cenário escolar que se inicia, além do aprendizado acadêmico, a formação de conceitos, a aplicação da democracia, as experiências de convívio e a noção de justiça e desigualdade. Nesse ambiente, ocorrem as relações sociais que se seguem à família, e o modo como se desenvolvem passa a ter papel essencial e decisivo na vida das pessoas.

Neste sentido, uma arquitetura democrática, aliada a posturas administrativas destituídas de preconceito em espaços destinados a ensino, coloca suas técnicas e conhecimento a serviço de demandas sociais.

Cabe aos profissionais de arquitetura e urbanismo criar espaços que possam ser utilizados por todas as pessoas, baseados em conceitos do Desenho Universal, linha filosófica que não pretende criar espaços e objetos exclusivos para uso de uma parcela da população – o que seria uma forma indireta de segregacionismo –, mas incentivar o aprimoramento da arte de projetar, incorporando novas técnicas e experiências, que tenham como objetivo atender as diferentes necessidades do homem que interage com o ambiente.

Cabe, portanto, às instituições de ensino fundamental, médio e superior instaurar políticas públicas, que garantam o ingresso e a permanência de pessoas com deficiência em seus espaços. Segundo Amaral (2000), a presença de pessoas com deficiência na universidade é um processo interativo, assegurado pelos direitos dessas pessoas à igualdade de oportunidades e à participação social.

Ao tentar colocar em prática essas diretrizes, nos últimos quatro anos, no âmbito da Universidade de São Paulo – USP, foi possível constatar que este é um processo que traz ganhos sociais, tecnológicos e até pedagógicos. Ao estabelecermos mecanismos e instrumentos legais e operacionais para garantir o pleno exercício dos direitos básicos para as pessoas com deficiência, nos *campi* da Universidade, foi gerado um benefício direto ao usuário com deficiência, mas também um aprendizado por parte de todos os agentes envolvidos nesse processo.

De fato, pensando na ação efetiva associada à produção do conhecimento do corpo docente, discente e de funcionários da Universidade é que foi criada, pela Portaria nº 3304, de 1º de outubro de 2001, a Comissão Permanente para Assuntos Relativos às Pessoas com Deficiência da Universidade de São Paulo – Programa USP Legal.

Metodologia de Análise e Implantação da Acessibilidade na Universidade

A peculiaridade arquitetônica e de implantação dos *campi* universitários, caracterizados pela interação de diferentes áreas do conhecimento e pelo agrupamento geográfico de várias unidades, reforça a necessidade de adequar as edificações e criar rotas acessíveis, intervindo de forma gradativa e continuada. A concretização dessas ações se torna possível através da elaboração de um plano de ações que garanta a sustentabilidade do programa.

São elementos fundamentais desse plano a formação, capacitação e treinamento da equipe de trabalho; elaboração de modelos de questionários e relatórios para o diagnóstico das áreas; discussões e cursos de atualização relativos ao tema; e a criação de Informativos Técnicos, baseados nas normas técnicas oficiais pertinentes, como NBR 9050, NBR 13944 e NBR 9077, legislação urbanística e edifícia específica do município, entre outras que contenham especificações e parâmetros de acessibilidade.

A sistematização de procedimentos e adoção de critérios transformam o plano de implantação de acessibilidade em uma ferramenta que proporciona benefícios múltiplos a diferentes públicos, tanto para os usuários com deficiência ou com mobilidade reduzida, quanto para o desenvolvimento profissional da equipe. Gera, ainda, um conjunto de informações capaz de direcionar corretamente futuros projetos e, ao mesmo tempo, constitui-se em espaço de pesquisa e aprendizado contínuo.

O diagnóstico sobre as condições de acessibilidade dos *campi* utiliza a metodologia de análise e implantação de adequação dos espaços e edificações, que tem sua estrutura básica composta por quatro elementos: Embasamento Legal e Indicadores Estatísticos; Parâmetros Antropométricos; Conceitos e Parâmetros de Acessibilidade; e Avaliação Pós-Ocupação (LOPES, 2005).

Esses elementos foram escolhidos por desempenharem papel central no atendimento às necessidades das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e dificuldade de comunicação. Englobam aspectos legais, voltados à adequação dos espaços e edificações, estudo e definição dos parâmetros antropométricos do deficiente brasileiro e conceitos de acessibilidade, além da contribuição estrutural da avaliação pós-ocupação – APO, que permite diagnosticar aspectos positivos e negativos decorrentes de fatores técnicos, funcionais, econômicos e comportamentais de ambientes (ROMÉRO, ORNSTEIN, 2003).

Este modelo de análise, ao mesmo tempo em que diagnostica o espaço, oferecendo um relatório que possibilita sua adequação, permite criar novos paradigmas, aprendendo com os erros e ensejando um conhecimento técnico e legal, que contribui para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema.

Estrutura do Diagnóstico de Análise

A análise dos espaços tem como ponto de partida uma avaliação sistêmica de áreas e ambientes interligados, de modo que

possam oferecer condições mínimas para que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida circulem e utilizem com segurança e autonomia.

Os roteiros de avaliação buscam oferecer indicadores técnicos e uma ordem de observação dos espaços. No entanto, é sempre recomendável que o roteiro seja ajustado às variáveis construtivas, aos diferentes arranjos espaciais e ao uso da edificação.

É importante salientar que essa análise não deve se restringir aos limites patrimoniais da área a ser avaliada, mas considerar a “acessibilidade integrada”, que busca criar um sistema interligado de acesso às áreas envoltórias ou adjacentes e elementos da estrutura urbana que colaboram na caracterização e interação do espaço aos meios de transporte e rotas acessíveis.

Os roteiros técnicos seguem uma estrutura básica, dividida em quatro áreas:

- **Estrutura de transporte e rotas acessíveis de interligação** - considerando os meios de transporte coletivo que alimentam o local e a interligação com a edificação;
- **Áreas de estacionamento** – considerando o acesso por meios de transporte individuais ou privados;
- **Circulação das áreas externas** – envolve a área envoltória ao edifício, bem como rotas de circulação entre blocos e unidades da edificação;
- **Diagnóstico e propostas das áreas internas dos edifícios** – tem como objetivo direcionar o observador para aspectos como acesso ao edifício, desníveis, dimensionamento e desobstrução da circulação horizontal, formas de circulação vertical, instalações sanitárias, mobiliário e equipamentos urbanos, áreas de alimentação e salas de aula.

A utilização da APO como base da metodologia – acrescida de elementos como embasamento legal, indicadores estatísticos, parâmetros e conceitos de acessibilidade –, garante que a avaliação

vá muito além de um simples roteiro técnico de averiguação dos espaços, indicando intervenções capazes de superar inadequações momentâneas e também fornecer insumos para novos projetos e para a manutenção daquele espaço acessível (Figura 1).

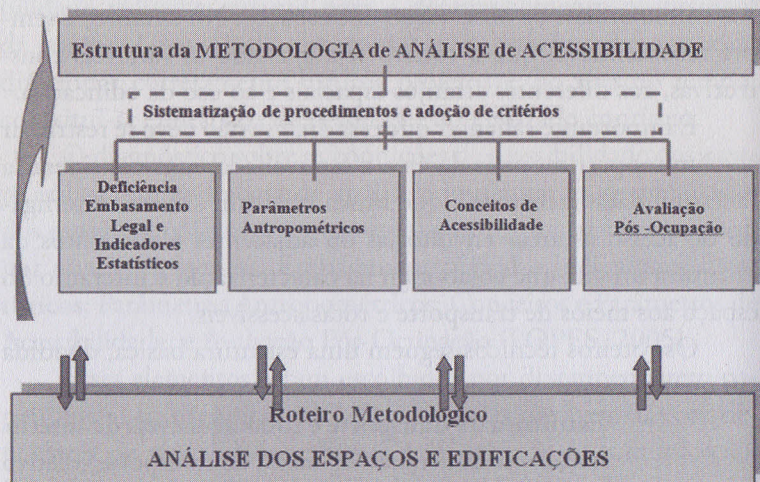


Figura 1- Elementos que Compõem a Metodologia de Análise de Acessibilidade

Fonte: (LOPES, 2005).

Referências Bibliográficas

AMARAL, Lígia Assumpção. *Em busca de uma política da USP referida à deficiência*. São Paulo, 2000. (Pesquisa. Instituto de Psicologia – USP).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - NBR 9050. *Acessibilidade a edificações, mobiliários espaços e equipamentos urbanos*. 2004. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/sedh/corde>>.

_____. NBR 13994. *Elevadores de passageiros. Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência*. Rio de Janeiro, 2000. 15p.

_____. *NBR 9077. Saída de emergência em edifícios*. Rio de Janeiro, 1985.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. In: CEDIPOD – Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência 1994. Disponível em: <<http://www.cedipod.org.br/cedipod.htm>>. Acesso em: 20 set. 2006.

LOPES, Maria Elisabete. *Metodologia de análise implantação de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e dificuldade de comunicação*. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP, 2005.

PROGRAMA DE AÇÃO MUNDIAL. Resolução nº 37/52 de 3 de dezembro de 1982. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/dpdh/corde>>.

ROMÉRO, Marcelo de Andrade; ORNSTEIN, Sheila Walbe. *Avaliação pós-ocupação, métodos e técnicas aplicados à habitação social*. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://habitare.infohab.org.br/projetos/publicacoes.asp>>.

SANTOS, Mônica Pereira. A universidade e seu papel perante as políticas de inclusão. In: SEMINÁRIO ACESSIBILIDADE NO COTIDIANO, Rio de Janeiro, RJ. *Anais...* Rio de Janeiro: FAU UFRJ, 2004.

USP LEGAL; LOPES, Maria Elisabete (Colab.). *Informativos técnicos*. São Paulo: CECAE /USP, 2003. Disponível em: <<http://www.cecae.usp.br/usplegal>>.